

Dívida: todo o problema para Tancredo.

Ficará mesmo para Tancredo Neves a dura tarefa da renegociação. Nem o futuro ministro Francisco Dornelles, que foi a Paris conversar com Jacques de Larosière, conseguiu obter o aval do FMI — muito irritado com o atual governo.



A decisão do comitê de assessoramento dos bancos credores, de suspender as negociações sobre a dívida externa brasileira, serviu para confirmar: caberá ao governo Tancredo Neves, através de seu provável ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, negociar com os bancos o refinanciamento da dívida. Como o FMI desmentiu a notícia surgida ontem, de que teria cortado toda a ajuda ao Brasil (leia matéria ao lado e abaixo), fica claro que a partir de agora as negociações serão conduzidas pelo novo governo.

Para Tancredo, isso não deve ser novidade. Afinal, foi o próprio ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, quem lhe fez essa advertência no último encontro entre ambos, na residência do secretário da Receita Federal, Francisco Dornelles, antes da viagem do presidente eleito. Na ocasião, Galvêas disse a Tancredo que caberia ao futuro ministro da Fazenda assinar os contratos de refinanciamento com cerca de 700

bancos credores, no valor de US\$ 46 bilhões.

Galvêas já sabia então que Dornelles seria seu sucessor, e explicou a ele que as negociações teriam um complicador a mais: o estouro das metas monetárias do último trimestre de 84. Por causa disso, segundo ele, o FMI não daria seu aval para o fechamento das negociações.

O atual ministro vislumbrava atrasos na solenidade de assinatura dos contratos com os bancos, mesmo porque cada banco credor exige exame minucioso de cada contrato que assina. A argumentação de Galvêas foi de que, se o Brasil era um só negociador, na parte oposta havia 700.

Quando Tancredo esteve em Washington, conversou com os presidentes do Banco Mundial, A. W. Clausen, e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Antonio Ortiz Mena, a quem advertiu que, se a renegociação não fosse fechada pelo atual governo, a sua adminis-

tração seria pressionada a buscar alternativas, por injunções políticas de setores da esquerda que o apóiam e reclamam da pouca abrangência da atual renegociação, que não inclui os juros.

O embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Sérgio Correia da Costa, levou ao presidente eleito, antes de seu retorno ao Brasil, o pedido do diretor-gerente do Fundo Monetário, Jacques de Larosière, para um encontro entre ambos. Ocorre que, por duas razões, ele não se concretizou: primeiro, Tancredo considerava politicamente desgastante conversar com o FMI, antes mesmo de assumir; e, segundo, o próprio Larosière precisou ausentar-se de Washington naquele período.

Quando as negociações com os bancos se complicaram, porque o FMI deixou claro que não daria seu aval, Delfim e Galvêas estimularam a viagem de um emissário do próximo governo ao FMI. Tancredo escolheu o futuro ministro da Fa-

zenda, Francisco Dornelles, que se deslocou a Paris, onde Larosière estava. Na conversa entre ambos, falou mais o diretor-gerente do FMI, ressaltando que os resultados da política econômica interna do Brasil não estavam a contento.

Dornelles voltou ao Brasil, no começo desta semana, sem o aval do FMI para o fechamento das negociações. Galvêas também não conseguiu nenhum resultado positivo com o mesmo Larosière, na segunda-feira passada. A irritação do FMI é óbvia: o Brasil está alterando metas de uma carta, a sétima, que sequer foi examinada pela diretoria. Assim, restou ao comitê de bancos prorrogar para o final de maio as condições da renegociação anterior, para não declarar o Brasil inadimplente. E a partir de 15 de março, começa a renegociar com o novo governo.